



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**COMODORO**  
ESTADO DE MATO GROSSO

DEPARTAMENTO DE  
**LICITAÇÕES**  
e CONTRATOS  
COMODORO - MT

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº.  
**011/2026**

Processo Nº. 042/2026

DATA DA REALIZAÇÃO: **26/06/2026**

## 1. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**1.1 O MUNICÍPIO DE COMODORO - MT**, por intermédio da **Secretaria de Saúde**, representado (a), pela secretário **Fabio Henrique Carraro**, torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora abaixo indicado, será realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que será regido pela Lei 14.1333, de 01 de abril de 2021 e pelos Decretos municipais 05/2024, 08/2023, 09/2023/ 11/2023 13/2023/ 17/2023/ 18/2023 20/2023 e 21/2023, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

### 1.2 Secretarias solicitantes:

✓ **Secretaria de Saúde;**

**1.3** O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [www.comodoro.mt.gov.br](http://www.comodoro.mt.gov.br)

**1.4** A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO COM SRP dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

<b>LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:</b>	<b>26/06/2026 às 07h59min</b>
<b>INÍCIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:</b>	<b>26/06/2026 às 08h00min</b>
<b>FIM DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:</b>	<b>26/06/2026 às 08h29min</b>
<b>ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO:</b>	<b>26/06/2026 às 08h30min</b>

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).**

**\*HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF**

	<b>Benefícios Aplicados</b>	<input type="checkbox"/> Registro de Preço <input type="checkbox"/> Exclusividade ME e EPP (Lei 123/2006) <input checked="" type="checkbox"/> <b>Compra prioritária para empresa Local e Regional (Decreto Municipal 35/2022)</b>
---	-----------------------------	---



## 2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, COMPREENDENDO MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) CENTRO E RURAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES, OBRIGAÇÕES E REQUISITOS ESTABELECIDOS NOS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE INTEGRAM O PROCESSO**, visando atender as necessidades das secretarias pertencentes ao município de Comodoro – MT, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

2.2. O licitante deverá observar que durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os valores cobrados da municipalidade nunca poderão ser superiores ao preço de balcão para os demais consumidores, ou seja, fica desde já estabelecido que deverá conceder para a Administração Pública os mesmos descontos praticados com os demais consumidores.

2.3. Os itens objetos deste edital deverão atender as exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

2.4. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

- I- preparatória;
- II- de divulgação do edital de licitação;
- III- de apresentação de propostas e lances;
- IV- de julgamento;
- V- de habilitação;
- VI- recursal;
- VII- de homologação

## 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da contratação da presente licitação correrão a cargo do Contratante/Gerenciador, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o art. 95, da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

## 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer empresas interessadas que atendam todas as exigências deste Edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta Licitação, e desde que prévia e devidamente credenciada no sistema eletrônico “Licitações”, **site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) da LICITANET.**

4.1.1. Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam compatíveis ao objeto do certame.



**4.2.** Estarão habilitadas a participar desta licitação as empresas que apresentarem a documentação comprobatória da sua habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal/trabalhista e capacidade técnica, nos moldes definidos neste Edital.

**4.3. Não poderão concorrer nesta licitação:**

**a)** Aquele que não atenda as condições deste Edital e seus anexos.

**b)** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

**b.1)** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**c)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**d)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta por este ente Municipal e em verificação por meio dos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) do Portal da Transparência, Portal do Conselho Nacional de Justiça – (CNJ) e Tribunal de Contas da União.

**e)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluindo nesta vedação a subcontratação de pessoas com este vínculo.

**f)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**g)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**h)** Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, recuperação judicial/extrajudicial, exceto comprovem sua capacidade financeira para execução do objeto, apresentando plano de recuperação judicial deferido pelo juízo competente, exceto nos casos previstos neste edital, ou outra situação prevista neste edital.

**i)** Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

**i.1)** A admissão de consórcio é discricionária da Administração Pública, tal como preconizada na Lei nº 14.133/2021 – art. 15. A decisão do item acima é resultado de um processo de avaliação de mercado em face do objeto licitado, além da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados na execução do objeto. Desta feita, não se tratando de um objeto de alta complexidade e relevante vulto, pode-se afirmar que a ausência da participação de



consórcios não trará prejuízos à competitividade, visto que a finalidade desta vedação é exatamente afastar tal restrição aos competidores. Por fim, tal determinação se diz acertada para o melhor interesse público prestigiando os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

j) Estrangeiras que não atuem no País;

k) Agente Público do órgão ou entidade licitante, estendendo-se a terceiro que auxilie na condução da contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, comissão de contratação, profissional especializado ou funcionário ou representante da empresa que preste assessoria técnica.

l) Impedidas conforme previsão na lei de licitações nº 14.133/2021.

**4.4.** Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

I- A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II- A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III- Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV- O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

**4.5.** A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

**4.6.** Será concedido tratamento favorecido para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos termos da LC Municipal nº 016/2016 e LC Federal nº 123/2006 nas condições mencionadas neste Edital.

**4.7.** Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo impossibilidade devidamente justificada.

## **5. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA**

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto à LICITANET, por meio do Telefone (34) 3014-6633, (34) 2512-6500 e/ou pelo site da LICITANET <https://www.licitanet.com.br>.

5.2. É de responsabilidade exclusiva do licitante realizar seu cadastro junto a plataforma, bem como mantê-lo atualizados, inclusive quanto ao pagamento junto a plataforma, sendo que qualquer dúvida sobre o sistema deverá ser obtida junto a Central de Atendimento da LICITANET nos telefones e site acima mencionada.

5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Comodoro



ou LICITANET, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade exclusiva qualquer resultado ocasionado por mau uso do sistema.

5.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica para o licitante:

5.5.1. Presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes aos processos na forma eletrônica.

5.5.2. Obrigar-se pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances, propostas e documentos vinculados.

5.5.3. Dever de acompanhar as operações no sistema eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrentes da perda de negócios por inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

5.6. A ME e EPP que queiram receber os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverão declarar sua condição no sistema e emitir declaração nos termos do art. 4º §2º da Lei nº 14.133/2021.

5.6.1. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da LC nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.7. Ficará impedido de participar do presente procedimento licitatório qualquer licitante que tenha algum fato que o impeça de tomar parte do certame ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública.

5.8. A simples apresentação da proposta por parte do licitante corresponde à sua indicação de que inexistem fatos que impedem de participar da presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro do disposto no art. 337-M da Código Penal Brasileiro.

## 6. DA PROPOSTA DE PREÇO

**6.1.** O envio da proposta eletrônica será feito exclusivamente através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) até o dia e horário previstos neste Edital, devendo a licitante confirmar em campo próprio do sistema que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, manifestando pleno conhecimento e aceitação das regras do certame.

**6.1.1.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**6.2.** A licitante, ao inserir sua proposta, informará nos campos próprios do sistema eletrônico (“Condições do Proponente” e em “Informações Adicionais”), o seguinte:

**A) ESPECIFICAÇÃO** dos itens ofertados, incluindo marca, conforme Anexo II.

**B) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL** expressos em reais, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto, tais como impostos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais,





emolumentos, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo (direto ou indireto) na aquisição ou contratação.

**6.2.1.** As propostas poderão ser inseridas, substituídas ou excluídas até a data e hora marcadas para a abertura.

**6.2.2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA** será de 60 (sessenta) dias contados da proposta final, ficando o licitante liberado do compromisso decorrido esse prazo sem a respectiva convocação pelo Contratante/Gerenciador para firmar o contrato/ARP.

**6.3.** Após a abertura das propostas não caberá desistência das mesmas e os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade das licitantes, não lhes assistindo direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, **salvo por motivo justo e comprovado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.**

**6.4.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital para formulação de sua proposta, bem como efetuar sua proposta nos quantitativos totais informados no anexo II obrigando-se neste limite.

**6.5.** Não será aceito proposta de preços diferentes do mesmo licitante, visto que serão fornecidos na mesma forma e no Município de Comodoro/MT. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

**6.6.** Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

**6.7.** Caso seja informado prazo em desacordo com o mínimo estipulado, e esteja assinada por quem não é de direito sem poderes para tanto, poderá a empresa ser desclassificada, caso não seja regularizado tal documentação mediante autorização fundamentada da Pregoeira.

**6.8.** O Pregoeiro poderá solicitar das licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, bem como a respeito da exequibilidade, as quais deverão ser enviadas no prazo estipulado no sistema, através da plataforma, **sob pena de desclassificação das propostas**

**6.8.1.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes via sistema eletrônico.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES**

**7.1.** A abertura da sessão, dar-se-á por meio do sistema eletrônico da plataforma LICITANET, na data, horário e local indicado neste Edital, devendo os licitantes acompanhar o andamento pela plataforma.

**7.2.** Após a classificação das propostas, realizada pela plataforma, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por



meio do sistema eletrônico, observando o **INTERVALO MÍNIMO DE R\$ 1,00 ENTRE OS LANCES, POR LOTE.**

**7.3.** Na fase de lances serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (**R\$**), com no **máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do presente edital.

**7.4.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis (se for produção própria colocar na marca o nome da empresa).

**7.5. O modo de disputa será aberto.**

**7.6.** Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.

**7.7.** Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo sempre aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.8.** O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que inferior ao seu último lance e diferente de qualquer lance válido, observado o intervalo mínimo do item 7.2.

**7.9.** As propostas cujo valor final, após a fase de lances, for superior ao valor total (item/lot) balizado serão desclassificadas.

**7.10.** Durante a sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sem identificação do autor dos lances.

**7.11. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.11.1.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**7.11.2.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 7.11 e 7.11.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**7.11.3.** Encerrada a sessão pública e definido a melhor proposta, verificando que a segunda melhor proposta está em até 5% (cinco por cento) da melhor proposta classificada, poderá o Pregoeiro mediante decisão justificada, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de melhor preço definindo as demais colocações.

**7.12.** Se algum licitante der lance que esteja nitidamente em desacordo com a disputa, poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do sistema, ou também poderá ocorrer a retirada do lance em outras fases do processo mediante solicitação expressa e justificada do proprietário ou responsável legal.

**7.13.** Será assegurado, ao final da fase de lance de cada item, conforme LC 123/06 - art. 44, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME e EPP, entendendo-se por empate



ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas por estas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**7.13.1.** Caso haja empate ficto, o próprio sistema informará a situação na tela e o procedimento se dará da seguinte forma:

**7.13.1.1.** As ME ou EPP classificadas conforme esse item poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada mais bem classificada, no prazo de até 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, situação em que se ofertado menor preço será vencedora para o referido item, passando a análise dos documentos de habilitação.

**7.13.1.2.** Na hipótese da não-contratação nos termos da LC 123/06, o objeto será classificado em favor da proposta que melhor ofertou o preço.

**7.14.** Desde que previsto a aplicação do benefício de compra prioritária no termo de referência e no preâmbulo deste edital, será cumprindo o disposto na Decreto Municipal nº 35/2022 após o período disposto no item 7.13, havendo empresas ME e EPP com sede local (sediadas no Município de Comodoro-MT) e regional (sediadas até 250 km do município, ou, integrante da microrregiões Mato-grossenses do alto Guaporé e Parecis), nesta ordem, será classificado o segundo colocado desde que o preço esteja dentro da **margem de 10% (dez por cento) do menor preço registrado.**

**7.15.** Havendo empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei de Licitações;
- III- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho; (Decreto Federal nº 11.430/2023)
- IV- Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- V- Se não houver desempate, será assegurado preferência, sucessivamente aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - b) empresas brasileiras;
  - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.16.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar pelo sistema eletrônico com o licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

**7.16.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.17.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.18.** Não havendo novos lances e encerrada a negociação, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.19.** O Pregoeiro solicitará no sistema que a licitante vencedora assine, **no prazo 02 (duas) horas**, a proposta final com o último lance ofertado ou negociado, contando a partir da assinatura o prazo de validade da proposta do item 6.2.2.

**7.20.** No caso de desconexão do Pregoeiro, durante a etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.20.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a uma hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.21.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e licitantes, de conhecimento de todos.

**7.22.** Após a fase de lances e ordenado a classificação, a Comissão de Licitação realizará consultas detalhadas sobre os licitantes que apresentaram as propostas de melhor preço.

I - Essas consultas serão feitas nos seguintes sistemas e cadastros oficiais:

- a) Site LICITANET
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)

**7.22.** Se, durante essas consultas, **for verificado que a empresa detentora da melhor proposta está com sanção de impedimento de licitar e contratar**, aplicada por qualquer ente da federação (seja União, Estados, Distrito Federal ou qualquer Município), **ela será automaticamente desclassificada deste processo licitatório**, não sendo considerada apta à contratação.



7.23 Após todas as verificações necessárias a comissão de licitação passará para a análise dos documentos de habilitação.

## 8. DA HABILITAÇÃO

**Será solicitado para os vencedores de melhor valor os documentos habilitatórios que deveram ser apresentados entro do prazo de 2h.**

a) Será considerada habilitada a proponente que cadastrar todos os documentos relacionados nos subitens abaixo no site/aplicativo da LICITANET, bem como vincular os referidos documentos no Pregão, desde que atendidos os requisitos especificados nas observações deste item.

b) A validade dos documentos levada em consideração será o dia em que encerrar o prazo para apresentação dos documentos de habilitação.

**c) Caso na conferência dos documentos a comissão observar a falta de qualquer documento, observará o caso concreto, e caso haja indício de pré-existente na documentação, será aberto o prazo de 2h para que a empresa apresente a documentação, sendo que tal diligencia está de acordo com a Lei 14.133 artigo 64, bem como o Acórdão 1211/2021-TCU.**

c.1) **A não apresentação e/ou descumprimento** do itens de habilitação, mesmo após diligência, implicará na **inabilitação do licitante**.

e) Somente serão aceitos os documentos de habilitação inseridos na plataforma.

f) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência prevista na alínea “c” e para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

g) Na análise dos documentos de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## 9. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

### 9.1.1. Documento de Identidade dos sócios da empresa;

a) serão considerados documentos de identidade:

(I) as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores;

(II) Cédulas de identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, declaradas válidas por Lei Federal, tais como: a CREA, do CRC, etc.;

(III) a Carteira de Trabalho e Previdência Social;

(IV) a Carteira Nacional de Habilitação com foto, na forma da Lei nº 9.503/97



**9.1.2. Documento de identidade do representante da empresa, junto da Procuração Pública ou Particular, caso a empresa seja representada por terceiro;**

**9.1.3. Documentação jurídica, conforme o caso:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto e Contrato Social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com efeito de DISPENSA DE ALVARÁ E LICENCIAMENTO.

**9.1.3.1.** Os documentos retro mencionados devem ser encaminhados com suas respectivas alterações ou a última consolidação, conforme arquivamento na Junta Comercial. Verificar na certidão simplificada, a não observação ensejará inabilitação da licitante.

**9.1.9.** As Cooperativas deverão apresentar conforme Instrução Normativa nº 5, de 26 de Maio de 2017:

**9.1.9.1.** Modelo de Gestão Operacional do serviço a ser executado de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 118 da Lei nº 14.133/2021, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

**9.1.9.2.** Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.1.9.3.** Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;

**9.1.9.4.** Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**9.1.9.5.** Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, conforme previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.1.9.6.** Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**9.1.9.7.** Comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971; e



**9.1.9.8.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

I- Ata de fundação;

II- Estatuto social e alterações posteriores com a ata da assembleia que o aprovou;

III- Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, coma ata da assembleia que o aprovou; IV- Editais de convocação das três últimas assembleias gerais/extraordinárias;

V- Documentos de eleição dos atuais administradores/representantes, acompanhados da documentação de identidade com foto;

VI- Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

## **9.2 DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHO**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ): ([https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp](https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp));

**b)** Prova de inscrição no cadastro **Estadual ou Municipal** ou **Alvará**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com objeto contratual (no Alvará, caso a data de validade não esteja inserida no referido documento, a empresa licitante deverá anexar documento que comprove a sua validade);

**b.1) O MEI está desobrigado de apresentar o documento acima visto que já apresentado no item 9.1.3. “e”.**

**c)** Prova de Regularidade Relativos a **Créditos Tributários Federais** e à Dívida Ativa da União - Consolidada de acordo com Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;

**d)** Prova de Regularidade para com a **Fazenda Pública Estadual**, incluindo a Dívida Ativa, do domicílio ou sede da empresa licitante;

**e)** Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal** (Tributos da Dívida Ativa) relativo ao domicílio ou sede da licitante;

**f)** Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS** (Certificado de Regularidade de Situação — CRS). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

**g)** Regularidade perante a **justiça do trabalho**, conforme literalidade do inc. V do art. 68, da lei n. 14.133/2021.

**9.2.1.** A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, sendo esta última considerada aquela com existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

**9.2.2.** Caso as certidões sejam consolidadas, caberá à empresa licitante apresentar junto com a documentação de Habilitação a comprovação necessária, anexando Declaração do Órgão emitente ou a Legislação do domicílio tributário que trata do assunto.



**9.2.3.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das ME e EPP – art. 43 da LC. 123/06, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**9.2.3.1.** Permanecendo vício na documentação, o Pregoeiro declarará a empresa inabilitada e procederá a abertura dos envelopes de documentação das demais empresas obedecendo à ordem de classificação.

**9.2.3.2.** As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte poderão sanear defeitos constatados na habilitação apenas se apresentarem na sessão todos os documentos de habilitação, mesmo que contenham algum vício. A ausência de qualquer documento implicará na inabilitação do licitante.

### **9.3 DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

**9.3.1.** Certidão negativa de Falência, emitida pelo Distribuidor da sede do licitante, constando ações movidas por e em desfavor da licitante (conforme o Tribunal).

**9.3.2** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais para **comprovação da aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato;**

### **9.4 DA HABILITAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**9.4.1.** Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, que comprovem a entrega do objeto/serviço similar, pertinente ou compatíveis ao objeto desta Licitação. Na descrição deverão conter informações que permitem o entendimento dos trabalhos realizados, bem como aferir a semelhança, pertinência ou compatibilidade com o objeto licitado.

#### **9.4.1 DOS OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:**

- a) **DECLARAÇÃO** participante deverá apresentar a **Declaração Única para Fins de Habilitação**, conforme o modelo constante no **Anexo III** deste edital. A referida declaração deverá ser preenchida e assinada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, em conformidade com o disposto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro. A declaração abrangerá as seguintes informações:

I. **Inexistência de fato impeditivo** para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme exigido pela legislação vigente;

II. **Enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;



III. **Conhecimento e aceitação das regras e condições gerais da contratação**, conforme estabelecido no edital;

IV. **Cumprimento das exigências legais** relacionadas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, de acordo com a legislação específica;

V. **Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021**, no que tange às responsabilidades da empresa licitante;

VI. **Responsabilidade pelas transações realizadas** no sistema de licitação e o compromisso de que a proposta econômica cobre integralmente os custos trabalhistas, conforme assegurado pela Constituição Federal e legislação trabalhista vigente;

VII. **Veracidade das informações declaradas**, conforme o art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021, e inexistência de fatos impeditivos para habilitação no certame, com o compromisso de declarar ocorrências posteriores;

VIII. **Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos**, bem como de qualquer trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

IX. **Inexistência de trabalho degradante ou forçado** na cadeia produtiva da empresa, em conformidade com os princípios constitucionais;

X. **Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social**, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

XI. **Inexistência de vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão comprador**, ou parentes até o terceiro grau, conforme o art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

XII. **Independência na elaboração da proposta**, sem qualquer comunicação com outros participantes do certame, conforme os princípios da transparência e da moralidade;

XIII. **Declaração de que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa** por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com a Administração Pública.

## 9.5 DAS OBSERVAÇÕES GERAIS QUANTO AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**9.5.1.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ e com o endereço respectivo:

**a)** se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

**b)** se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, ou conforme termos deste Edital.



**9.5.2.** Se o Pregoeiro entender necessário, poderá solicitar que as empresas classificadas e vencedoras na fase de lances enviem cópias autenticadas ou os originais dos documentos relativos à habilitação (fisicamente).

**9.5.2.1.** Em caso de solicitação, os documentos deverão ser enviados para o seguinte endereço: Rua das Acácias nº 1337-N Bairro: Jardim Mato Grosso, Comodoro-MT – 78.310-000, aos cuidados do Departamento de Licitações.

**9.5.2.2.** Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, desde que devidamente justificado a sua realização.

**9.5.3.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos. Não será aceito documento anexado na plataforma em formato de foto e word (JPEG, JPG, PNG, DOC, DOCX).

**9.5.4.** Não serão aceitos documentos ilegíveis ou cujas datas estejam rasuradas. **9.5.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento do processo licitatório, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

**9.5.6.** Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

**9.5.7.** Caso sejam apresentadas certidões sem a indicação expressa do prazo de validade, estas não serão aceitas se a data de sua **expedição for anterior a 30 (trinta)** dias da data da solicitação dos documentos de habilitação, exceto aquelas com prazo já determinado nos itens específicos deste edital.

**9.5.8.** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada.

**9.5.9.** Se a documentação de habilitação estiver incompleta e/ou incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

## **10. DO JULGAMENTO**

**10.1.** No julgamento das propostas, considerar-se-á vencedora aquela licitante que, obedecendo a todas as condições deste Edital, apresentar o **“MENOR PREÇO POR LOTE”**.

**10.2. Verificada a possível inexecuibilidade** da proposta o Pregoeiro poderá realizar diligência para aferir a exequibilidade ou exigir que o licitante comprove documentalmente a exequibilidade de sua proposta (Acórdão nº 1.100/2008-Plenário), concedendo prazo se for o caso, se não comprovado a exequibilidade será o licitante desclassificado do certame de forma fundamentada e passará ao exame da proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda todas as condições do Edital.

**10.2.1 – Será considerado inexecuível as proposta com economicidade acima de 50% do valor orçado.**



**10.3.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

**10.4.** Se a proposta de menor preço for inexequível/excessiva, o Pregoeiro a desclassificará de forma fundamentada e examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda todas as condições do Edital.

**10.5. Serão desclassificadas propostas que:**

**I-** Contiver quantitativo inferior ao total descrito no Anexo I – Termo de Referência;

**II-** Contiverem vícios insanáveis;

**III-** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**IV-** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após fase de lances;

**V-** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**VI-** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**VII-** Que não estiver descrito a marca dos itens.

**10.5.1.** A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**10.6.** O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e os valores apresentados pela proposta classificada em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito.

**10.7.** Nesta fase o Pregoeiro poderá convocar, ao seu critério, servidor técnico do Município de Comodoro para auxiliá-lo na avaliação e obtenção do resultado e posterior divulgação.

**10.8.** Sendo aceitável a proposta de menor preço por LOTE, será analisado a documentação da habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**10.9.** Se o arrematante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a documentação da licitante classificada em segundo lugar e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de licitante que atenda ao edital.

**10.10.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante vencedora, passando a fase recursal.

**10.11.** Poderá o Pregoeiro suspender a sessão a fim de melhor análise das documentações, designando data e horário para retorno e prosseguimento dos trabalhos, cabendo aos licitantes o devido acompanhamento e observância das informações emitidas via chat pelo Pregoeiro.

**10.12.** Superado a fase recursal o processo administrativo será encaminhado à autoridade superior para:

**I -** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**II -** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**III -** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**IV -** adjudicar o objeto e homologar a licitação



## 11 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame na plataforma da LICITANET, não sendo aceito por outro meio.

11.2. No ato de apresentação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).

11.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3.1. Se a impugnação e/ou a decisão do Pregoeiro depender de parecer técnico-jurídico-científico-financeiro, será poderá ser prorrogado prazo desde que justificado.

11.4. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11.5. Quem impedir perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena detenção de 06 (seis) meses a 03 (três) anos, e multa, nos termos do art. 337-I do Código Penal Brasileiro.

## 12 DOS RECURSOS:

12.1. Dos atos praticados neste certame cabem:

I- Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) Anulação ou revogação da licitação;
- e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II- Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do item 12.1, serão observadas as seguintes disposições:

I- A intenção de recorrer deverá ser manifestada dentro do **prazo de 10 (dez) minutos** em campo próprio via sistema, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será



iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

**II-** A intenção de recurso realizada no chat da plataforma não será aceita.

**III-** A apreciação dar-se-á em fase única.

**IV-** O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**V-** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**VI-** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início ao término do prazo de apresentação das razões de recurso, podendo os prazos ser acompanhado pela plataforma da LICITANET.

**VII-** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.3.** A falta de manifestação imediata licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**12.4.** O Pregoeiro indeferirá recursos intempestivos, propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, desse modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata.

**12.5.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.6.** A alegação de preço inexequível por parte das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada, sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

**12.7.** Os recursos e contrarrazões deverão ser protocolados na plataforma da LICITANET, não sendo aceito por outro meio.

**12.8.** Na elaboração das decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**12.9.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.10.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **13 DAS OBRIGAÇÕES**

**13.1.** As obrigações da Fornecedora e Contrante/Gerenciador estão descritas no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante desse edital.

## **14 PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA**





14.1. Prazo de execução ou entrega está descrito no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante desse edital.

## **15 DA HOMOLOGAÇÃO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** Homologado e Adjudicado o processo licitatório pela autoridade competente, o Município de Comodoro convocará a licitante vencedora para, no prazo de 03 (três) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito ao Registro sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.

**15.1.1.** Fica facultado à Administração, quando o convocado não comparecer no prazo de até 03 (três) dias para assinatura da Ata de Registro de Preços, não apresentar situação regular no ato da assinatura ou, ainda, recusar-se a assiná-la, injustificadamente, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, sem prejuízo das multas previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais, dando publicidade dos atos e convocações futuras.

**15.2.** Uma vez assinada a Ata de Registro de Preços, a Empresa assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência os pedidos realizados estabelecendo quantidades, prazo de entrega etc.

**15.3.** A assinatura da Ata de Registro de Preços não implica na obrigatoriedade da aquisição da totalidade dos itens registrados, tendo em vista que o registro de preços serve para assegurar uma futura aquisição, dentro do prazo de vigência.

**15.4.** A Ata de Registro de Preços se regerá pelas cláusulas e disposições nela constantes, pelas demais disposições constantes do presente edital, pelas disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 20/2023, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta da Ata não estiver mencionado.

**15.5.** Poderá ser realizado o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

**15.6.** Será vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

**15.7.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, prorrogável, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

**15.8.** A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, será realizada mediante Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, elaborada pela respectiva Secretaria.

**15.9.** Farão parte integrante da Ata de Registro de Preços o presente edital e seus anexos, a proposta do licitante, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação e para a formulação final da Ata.

**15.10.** A Administração deverá providenciar a publicação resumida do resultado.



**15.11.** A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata de Registro de Preços, sendo que os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento.

**15.12.** O preço/desconto registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão publicados na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**15.13.** A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, que não tenha participado do certame licitatório, observado os seguintes requisitos:

I- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

III- prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

IV- as aquisições ou contratações não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens/lotos do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

V- o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item/lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**15.14.** Caberá ao interessado oficial o fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, para que este, observando as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**15.15.** Caberá a fornecedora solicitar substituição de marca conforme condições do Decreto regulamentador.

**15.16.** A Administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da Ata de Registro de Preços, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a fornecedora terá direito de receber os itens efetivamente fornecidos e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei nº 14.133/2021, com as alterações dela decorrentes.

**15.17.** Se a licitante vencedora se recusar a entregar o objeto licitado ou ocorrer alguma causa de cancelamento da ARP, as demais licitante serão chamadas na ordem de classificação para fazê-lo no prazo restante e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, caso queiram, sujeitando-se aos desistentes às penalidades estabelecidas neste Edital, sendo dado publicidade aos atos em diário oficial.

**15.18.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 15.17 o Gerenciador, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I- Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;



**II-** Adjudicar e celebrar a ARP/Contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**15.19.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ARP/Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Contratante caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

**15.20.** A regra do item 15.19. Não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do item 15.18.

**15.21.** Será facultada à Contratante a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 15.17 ao 15.20.

**15.22.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

## **16 DO CONTRATO**

**16.1.** Homologado e Adjudicado o processo licitatório pela autoridade competente, o Município de Comodoro convocará a licitante vencedora para assinar o CONTRATO, no prazo de 03 (três) dias úteis.

**16.2.** O prazo contratual será de até 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da Lei nº 14.133/2021

**16.3.** Será facultado à Contratante, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**16.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 16.3 a Contratante, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**I-** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**II-** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**16.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Contratante caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

**16.6.** A regra do item 16.5. não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do item 16.4.

**16.7.** Será facultada à Contratante a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 16.3. ao 16.6.



**16.8.** Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

**16.9.** Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

**16.10.** O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I- dispensa de licitação em razão de valor;

II- compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

**16.11.** Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei nº 14.133/2021.

**16.12.** A assinatura da Nota de Empenho ou Contrato não gera obrigação imediata de fornecimento dos objetos desta licitação, devendo ser precedida de ordem de fornecimento especificando objeto, quantidade e valor, de acordo com as cláusulas deste Edital.

**16.13.** Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da fornecedora (contratada) com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do Contratante.

**16.14.** A Administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do Contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a Fornecedora terá direito de receber os itens efetivamente fornecidos e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei nº 14.133/2021, com as alterações dela decorrentes.

**16.15.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas deste Edital e da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**16.16.** Os Contratos poderão ser alterados, na forma dos artigos 124 e ss. e extintos nos termos do art. 137 e ss. todos da Lei nº 14.133/2021.

**16.17.** Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**16.18.** O Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).



**16.19.** A Contratante terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato nos termos desse Edital, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

## **17 DO REAJUSTE E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO**

**17.1.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

**17.2.** Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I- à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II- ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

**17.3.** A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**17.4.** A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta.

**17.5.** Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

I- reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, observando os índices (IPC-A para SERVIÇOS e PRODUTOS; IGP-M para aluguéis; INCC para obras e construção civil) ou outro que venha a substituí-los, divulgado pelo órgão responsável.

II- repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

**17.6.** Decorrendo fatos imprevisíveis ou difícil previsão após o início da execução do contrato, poderá ocorrer o reequilíbrio contratual a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovado.

**17.6.1.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

**17.7.** É de responsabilidade exclusiva do solicitante, o fornecimento dos documentos comprobatórios para comprovação e solicitação da repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro.

**17.8.** Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do documento (termo aditivo) modificativo pelas partes. **17.9.** O bloqueio no fornecimento por razão de





solicitação de repactuação e reequilíbrio sujeitará a Fornecedora às sanções legais (contratuais) e editalícias.

**17.9.** O prazo para resposta ao pedido de repactuação e reequilíbrio de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista.

## **18 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1.** A Fornecedora registrada poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

**18.1.1.** A pedido da própria Fornecedora, quando:

a) Comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

**18.1.2.** Por iniciativa do Município de Comodoro, quando o fornecedor registrado:

a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

b) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório.

c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

d) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

e) Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as solicitações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nas solicitações dela decorrentes.

g) Não obter êxito nas negociações.

h) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**18.2.** Na hipótese prevista no item “h” do 18.1.2., caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**18.3.** O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**18.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



**18.5.** Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município de Comodoro fará o devido apostilamento/aditivo/termo na Ata de Registro de Preços e informará os Proponentes a nova ordem de registro.

## **19 DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**19.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I-** não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II-** desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III-** alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV-** decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V-** caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI-** atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII-** atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII-** razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX-** não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**19.2.** O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I-** supressão, por parte da Contratante, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- II-** suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III-** repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV-** atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;



**V-** não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**19.2.1.** As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 19.2. observarão as seguintes disposições:

**I-** não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

**II-** assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

**19.3.** Quando previsto a prestação de garantia, os emitentes das garantias deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais 19.4. A extinção do contrato poderá ser:

**I-** determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**II-** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Contratante;

**III-** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**19.5.** A extinção determinada por ato unilateral da Contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**19.6.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Contratante, o Contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a: I- devolução da garantia;

**II-** pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

**III-** pagamento do custo da desmobilização.

**19.7.** A extinção determinada por ato unilateral da Contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, as seguintes consequências:

**I-** assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**II-** ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;



**III- execução da garantia contratual para:**

- a)** ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b)** pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível; c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d)** exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

**IV- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.**

**19.7.1.** A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item 19.7. ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**19.7.2.** Na hipótese do inciso II do item 19.7. o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário Municipal competente, conforme o caso.

**19.8.** No caso de rescisão unilateral, por inadimplência da empresa contratada, à mesma caberá receber o valor dos serviços no limite do que fora executado.

**19.9.** No caso de rescisão bilateral, à empresa contratada caberá o valor dos serviços executados e a devolução dos valores caucionados.

**19.10.** Em qualquer das hipóteses subscritas o Município não reembolsará ou pagará a empresa contratada qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

## **20 DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

**20.1.** Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**20.2.** A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

**20.3.** No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório a ampla defesa.

**20.4.** Em caso de revogação, os licitantes terão direito à devolução da documentação e respectiva proposta, mediante requerimento ao Pregoeiro.

**20.5.** Na decisão da Autoridade Competente ao final da fase recursal, do item 10.15 deste Edital, deverá observar:



I- Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

II- O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

III- Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato, da Ata de Registro de Preços (ARP) ou de termo equivalente, desde que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato, da ARP ou de termo equivalente, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato, da ARP ou de termo equivalente;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não sanear vícios e inconsistências da documentação apresentada, nos prazos solicitados pela Administração;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração;

VI - não celebrar o contrato, a ARP ou termo equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento ou a frustração do certame ou da execução contratual sem motivo justificado, incluindo a solicitação de cancelamento de lance sem a devida justificativa que prejudique a celeridade do processo;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, da ARP ou de termo equivalente;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, da ARP ou de termo equivalente;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

XIII - apresentar lances ou propostas manifestamente inexequíveis que configurem conduta temerária ou dolosa, causando prejuízo ao processo licitatório.





**21.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 32/2025:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**21.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**21.4.** A sanção de advertência (inciso I do item 21.2) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 21.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e poderá ser aplicada cumulativamente com a penalidade de multa.

**21.5.** A sanção de multa (inciso II do item 21.2) será aplicada de acordo com a natureza da infração, nos termos do Art. 8º do Decreto Municipal nº 32/2025:

**I - Multa Moratória:** Aplicada sempre que o licitante ou contratado der causa a atraso injustificado na execução do contrato, da ARP ou termo equivalente, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente:

- a)** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b)** 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o período anterior, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado a 20% (vinte por cento) do valor total da avença.

**II - Multa Compensatória:** Aplicada quando configurada qualquer das infrações administrativas elencadas no item 21.1, com exceção daquelas que ensejam multa moratória, e nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes proporções sobre o valor do item ou do contrato/ARP, ou sobre a parte inadimplida, conforme o caso e a infração:

- a)** De 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento);

- b) De 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento);
- c) De 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento).

**21.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar (inciso III do item 21.2) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 21.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Comodoro/MT pelo prazo máximo de 3 (três) anos. Esta sanção acarreta o cancelamento de eventual ARP celebrada e a rescisão do instrumento contratual que a originou.

**21.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (inciso IV do item 21.2) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII e XIII do item 21.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 21.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar. Esta sanção impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. Esta sanção acarreta a rescisão do instrumento contratual e o cancelamento de eventuais ARPs celebradas. A sanção será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Secretário Municipal, no âmbito da Administração Direta, ou da autoridade máxima da entidade, na Administração Indireta.

**21.8.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa (inciso II).

**21.9.** A multa aplicada, somados os valores de eventual indenização, será executada mediante, alternativamente:

- I - quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;
- II - desconto no valor das parcelas devidas à contratada e/ou detentora da ARP, inclusive em contratos e/ou ARPs diversos do que originou a sanção;
- III - desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, se houver ou se ainda não tiver sido liberada;
- IV - processo judicial após prévia inscrição do débito em dívida ativa.

**21.10.** A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**21.11.** Independentemente das sanções administrativas referidas, a Fornecedoradora estará sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao Município de Comodoro.

**21.12.** Será instaurado Processo Administrativo Sancionador para apuração das infrações cometidas, assegurando-se ao licitante ou contratado o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 32/2025. O licitante ou contratado terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de sua defesa administrativa, contados da data da citação.



**21.13.** Nos casos de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, admite-se a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

**21.14.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão consideradas separadamente quando houver multiplicidade, fluindo o prazo aplicado a partir da data de publicação de cada sanção.

## 22 DO PAGAMENTO

**22.1.** Pelo fiel e perfeito fornecimento do objeto desta licitação, o Município de Comodoro pagará o preço correspondente à quantia solicitada em Reais (R\$), mediante a entrega da nota fiscal, que corresponderá ao valor dos produtos/serviços fornecidos.

**22.2.** No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto desta licitação.

**22.3.** Os pagamentos serão efetuados no prazo estipulado no Termo de Referência – Anexo I.  
**23.3.1.** A nota fiscal deverá conter no verso os atestados firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando a entrega do objeto solicitado, indicando, inclusive, no corpo da nota fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária tomada junto ao Banco do Brasil S.A. ou outra instituição financeira designada pela Administração municipal, endereçada ao banco discriminado na nota fiscal.  
**23.4.** Entregues os produtos, a licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal os seguintes documentos: **23.4.1.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; **23.4.2.** Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

**22.4.3.** Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais/previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal, ou positiva com efeito negativa;

**23.4.4.** Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal, inclusive dívida ativa, do domicílio sede da licitante vencedora.

**22.5.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

**22.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.



**22.7.** Declaração de pessoa jurídica constante do inciso XI do art. 4º da IN RFB Nº 1.234/2012, optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para fins de não retenção do IR – imposto de renda nos pagamentos da Administração Pública. A não apresentação da declaração não inabilita o licitante vez que sua finalidade é tão somente de comprovação do enquadramento junto ao Simples Nacional para a retenção ou não quando do pagamento realizado pela contratação.

## **23 DA FISCALIZAÇÃO**

**23.1.** O acompanhamento e a fiscalização serão realizados por agente(s) fiscalizador(es) designado(s) mediante Portaria, que terá(ão) poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita entrega dos produtos, inclusive podendo determinar a paralisação dos mesmos quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais, além das atribuições insculpidas no Decreto Municipal nº 045/2023.

**23.2.** O Contratante/Gerenciador deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos produtos/serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da entrega do produto à qualidade exigida.

**23.3.** A execução do contrato/ARP/termo deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- a) Os resultados alcançados em relação aos produtos solicitados, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissionais exigidas;
- c) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do presente edital, do contrato e a satisfação do público usuário.

**23.4.** O fiscal/gestor do contrato/ARP/termo deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas estabelecidas, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 117 da Lei 14.133/2021.

**23.5.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Fornecedora, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em cancelamento do contrato.

**23.6.** A Fiscalização terá direito de exigir a substituição de qualquer funcionário da Fornecedora, cuja produtividade não estiver sendo satisfatória. Também terá poderes para solicitar a substituição de funcionários que apresentarem comportamento desrespeitoso para com a população, estiverem drogados ou alcoolizados ou que estiverem solicitando propina.

**23.7.** A fiscalização citada nos itens anteriores não isenta a empresa vencedora das responsabilidades assumidas com a celebração do contrato.

**23.8.** O objeto será recebido provisoriamente e definitivamente nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 045/2023.



## 24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**24.1.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, dando ciência a todos os termos e obrigações do presente edital com a participação no certame, assumindo ainda, todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, uma vez que o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**24.2.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**24.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o dia, hora e local que será noticiado, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**24.4.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no Município de Comodoro.

**24.5.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do processo, nos termos dos princípios do processo licitatório dispostos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. 25.6. A ata será disponibilizada na internet (plataforma) para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

**24.7.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021, LC 16/2016, 123/06 e alterações posteriores, Decreto Municipal e demais leis e regulamentos vinculativos.

**24.8.** A empresa Contratada ficará obrigada a manter a documentação de habilitação e qualificação exigidas neste edital durante todo o período de vigência do contrato.

**24.9** A publicidade de todos os atos do presente contrato ocorrerá no Diário Oficial e site da Prefeitura Municipal de Comodoro e no diário oficial dos Municípios e do Estado.

**24.10.** As questões decorrentes da execução deste edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo foro da Comarca de Comodoro – MT, com exclusão de qualquer outro

**25.11.** São partes integrantes deste Edital:

**ANEXO I** – Termo de Referência

**ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preço

**ANEXO III** – Modelo de Declaração única

**ANEXO IV** – Modelo de Ciência entrega Parcelada

**ANEXO V** – Minuta da ARP





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**COMODORO**  
ESTADO DE MATO GROSSO

DEPARTAMENTO DE  
**LICITAÇÕES**  
e **CONTRATOS**  
COMODORO - MT

Comodoro- MT, 15 de junho de 2026.

**Fabio Henrique Carraro**  
**Secretário Municipal de Saúde**

Assinado por 1 pessoa: FABIO HENRIQUE CARRARO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/8F94-9CC2-2414-18A1> e informe o código 8F94-9CC2-2414-18A1



## ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES – LICITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

*Será aplicado: Decreto Municipal 35/2022.*

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, COMPREENDENDO MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) CENTRO E RURAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES, OBRIGAÇÕES E REQUISITOS ESTABELECIDOS NOS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE INTEGRAM O PROCESSO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

LOTE 01(ESF CENTRO):								
ESPECIFICAÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	EMPRESA MONTARE	EMPRESA DESTAK	EMPRESA FINA ARTE	MEDIANA UNITÁRIA	TOTAL
Recepção	1	Armário aéreo 4 portas ,1700 x 400 x 350	1	R\$ 6.425,00	R\$ 4.835,60	R\$ 4.500,93	<b>R\$ 4.835,60</b>	<b>R\$ 4.835,60</b>
	2	Gaveteiro inferior 8 Gavetas ,1700 x 900 x 550	1	R\$ 2.528,29	R\$ 1.838,08	R\$ 3.462,00	<b>R\$ 1.838,08</b>	<b>R\$ 2.528,29</b>
	3	Mesa de Atendimento 2 Gavetas ,1600 x 600 x 768	1	R\$ 4.025,25	R\$ 3.326,32	R\$ 3.728,00	<b>R\$ 3.326,32</b>	<b>R\$ 3.728,00</b>



Sala de enfermagem	4	Armário horizontal 4 portas ,1500 x 550 x 2000	1	R\$ 7.234,60	R\$ 6.500,00	R\$ 5.723,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
	5	Mesa de atendimento 4 gavetas ,2100 x 600 x 768	1	R\$ 3.800,00	R\$ 3.300,00	R\$ 6.373,00	R\$ 3.300,00	R\$ 3.800,00
Sala de coleta	6	Armário móvel 2 Portas ,400 x 550 x 768	1	R\$ 3.674,25	R\$ 2.000,00	R\$ 2.873,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.873,00
Consultório medico	7	Mesa atendimento em "L" de 4 gavetas ,2050 x 1200 x 600 x 686	1	R\$ 3.550,00	R\$ 4.000,00	R\$ 2.223,00	R\$ 3.550,00	R\$ 3.550,00
	8	Armário vertical 4 portas ,1450 x 550 x 1700	1	R\$ 4.753,03	R\$ 4.500,00	R\$ 2.523,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
	9	Balcão inferior com cuba 2 portas 4 gavetas ,1200 x 550 x 850	1	R\$ 3.230,01	R\$ 3.500,00	R\$ 3.813,00	R\$ 3.230,01	R\$ 3.500,00
Atendimento imunização	10	Armário inferior 4 portas 8 gavetas ,2200 x 550 x 900	1	R\$ 5.664,49	R\$ 4.500,00	R\$ 5.273,00	R\$ 4.500,00	R\$ 5.273,00
	11	Mesa de atendimento 2 gavetas ,1400 x 600 x 768	3	R\$ 3.800,00	R\$ 3.200,00	R\$ 3.373,00	R\$ 3.373,00	R\$ 10.119,00
Sala de imunização	12	Balcão inferior 6 portas 4 gavetas ,2900 x 550 x 900	1	R\$ 5.100,00	R\$ 5.600,00	R\$ 4.923,00	R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00
	13	Armário vertical 2 portas ,800 x 550 x 2100	1	R\$ 4.200,44	R\$ 3.600,00	R\$ 3.593,00	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
	14	Balcão inferior 2 portas ,1000 x 650 x 1000	1	R\$ 3.205,50	R\$ 2.700,00	R\$ 2.623,00	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00
Sala de triagem	15	Balcão inferior 2 portas 4 gavetas ,1200 x 550 x 800	1	R\$ 4.720,53	R\$ 2.000,00	R\$ 1.723,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
	16	Armário inferior com tampo em MDF 2 portas ,1000 x 650 x 1000	1	R\$ 4.000,00	R\$ 2.300,00	R\$ 2.223,00	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00



Sala de curativo	17	Balcão 4 portas 12 gavetas ,2780 x 550 x 800	1	R\$ 18.760,53	R\$ 7.000,00	R\$ 7.083,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.083,00
Esterilização	18	Armário superior 2 portas ,1200 x 350 x 600	1	R\$ 3.033,39	R\$ 1.500,00	R\$ 2.373,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.373,00
	19	Balcão inferior 2 portas 4 gavetas ,1200 x 550 x 1000	1	R\$ 5.030,30	R\$ 2.500,00	R\$ 2.423,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
Expurgo	20	Balcão inferior com cuba 2 portas 4 gavetas ,1200 X 550 X 800	1	R\$ 6.393,32	R\$ 3.500,00	R\$ 4.293,00	R\$ 3.500,00	R\$ 4.293,00
Consultório odontológico	21	Balcão inferior 6 portas 12 gavetas ,4090 x 550 x 800	1	R\$ 8.675,59	R\$ 7.300,00	R\$ 6.913,00	R\$ 7.300,00	R\$ 7.300,00
ACS	22	Mesa de trabalho ACS 2 gavetas separadas ,1800 x 500 768	1	R\$ 3.300,00	R\$ 5.000,00	R\$ 3.253,00	R\$ 3.300,00	R\$ 3.300,00
	23	Mesa em de trabalho em "L" 5 gavetas ,3000 x 2484 x 500 x 768	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.073,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
	24	Armário superior 7 portas ,2800 x 350 x 600	1	R\$ 2.548,49	R\$ 2.500,00	R\$ 3.723,07	R\$ 2.500,00	R\$ 2.548,49

<b>TOTAL</b>	<b>26</b>						<b>R\$ 99.804,38</b>
--------------	-----------	--	--	--	--	--	--------------------------

LOTE 02 (ESF RURAL):								
ESPECIFICAÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	EMPRESA MONTTARE	EMPRESA DESTAK	EMPRESA FINA ARTE	MEDIANA UNITÁRIA	TOTAL
Recepção	25	Armário 4 Portas 8 gavetas ,2000 x 500 x 2000	1	R\$ 6.522,84	R\$ 6.800,00	R\$ 3.240,00	R\$ 6.522,84	R\$ 6.522,84
	26	Mesa de atendimento 1 Gaveta ,1500 x 550 x 768	1	R\$ 4.487,42	R\$ 4.400,00	R\$ 2.380,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00
	27	Mesa de atendimento 2 gavetas ,2750 x 600 x 768	1	R\$ 2.737,71	R\$ 3.100,00	R\$ 2.540,00	R\$ 2.737,71	R\$ 2.737,71



Sala de Triagem	28	Mesa de atendimento 2 Gavetas ,1500 x 600 x 768	4	R\$ 3.000,00	R\$ 2.750,00	R\$ 1.500,00	<b>R\$ 2.750,00</b>	<b>R\$ 11.000,00</b>
	29	Balcão com cuba 4 Portas 4 Gavetas ,2000 x 700 x 770	1	R\$ 5.806,72	R\$ 3.550,00	R\$ 1.470,00	<b>R\$ 3.550,00</b>	<b>R\$ 3.550,00</b>
	30	Balcão com cuba 4 Gavetas 2 Portas ,1200 x 550 x 820	3	R\$ 3.750,00	R\$ 3.500,00	R\$ 2.000,00	<b>R\$ 3.500,00</b>	<b>R\$ 10.500,00</b>
	31	Armário 4 gavetas 2 portas grandes ,800 x 550 x 2100 / 500 x 550 x 718	1	R\$ 5.022,01	R\$ 3.650,00	R\$ 5.050,00	<b>R\$ 3.650,00</b>	<b>R\$ 5.022,01</b>
Consultório médico	32	Mesa em "L" 2 gavetas ,1500 x 1200 x 500 x 768	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.325,00	R\$ 2.200,00	<b>R\$ 2.325,00</b>	<b>R\$ 2.325,00</b>
	33	Armário 2 portas 5 divisões internas Portas com parte em vidro ,800 x 550 x 2100	1	R\$ 2.129,51	R\$ 2.525,00	R\$ 1.750,00	<b>R\$ 2.129,51</b>	<b>R\$ 2.129,51</b>
Consultório Odontológico	34	Balcão com duas cubas 4 portas 8 gavetas ,2400 x 550 x 850	1	R\$ 5.535,91	R\$ 4.950,00	R\$ 5.800,00	<b>R\$ 4.950,00</b>	<b>R\$ 5.535,91</b>
Sala de Imunização	35	Balcão 4 Portas 4 Gavetas ,2000 x 550 x 820	1	R\$ 5.620,55	R\$ 5.000,00	R\$ 4.000,00	<b>R\$ 5.000,00</b>	<b>R\$ 5.000,00</b>
	36	Balcão 4 Portas 4 Gavetas ,2000 x 700 x 820	1	R\$ 5.000,00	R\$ 3.800,00	R\$ 3.760,00	<b>R\$ 3.800,00</b>	<b>R\$ 3.800,00</b>
	37	Balcão com cuba e armário 5 portas 9 gavetas grandes ,2150 x 550 x 720 / 900 x 550 x 1840	1	R\$ 17.656,61	R\$ 8.550,00	R\$ 3.700,00	<b>R\$ 8.550,00</b>	<b>R\$ 8.550,00</b>
Expurgo	38	Balcão com cuba 4 Gavetas 2 portas ,1850 x 550 x 820	1	R\$ 7.253,55	R\$ 3.600,00	R\$ 2.470,00	<b>R\$ 3.600,00</b>	<b>R\$ 3.600,00</b>
Esterilização	39	Balcão 4 gavetas 2 portas ,1850 x 550 x 820	1	R\$ 5.000,00	R\$ 3.800,00	R\$ 1.600,00	<b>R\$ 3.800,00</b>	<b>R\$ 3.800,00</b>
	40	Armário aéreo 4 portas ,1850 x 350 x 600	1	R\$ 4.660,71	R\$ 3.000,00	R\$ 1.690,00	<b>R\$ 3.000,00</b>	<b>R\$ 3.000,00</b>





DML	41	Balcão 4 gavetas 3 portas ,1900 x 550 x 820	1	R\$ 4.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 3.000,00	<b>R\$ 2.500,00</b>	<b>R\$ 3.000,00</b>
	42	Armário aéreo 3 portas ,1900 x 550 x 700	1	R\$ 3.537,82	R\$ 2.100,00	R\$ 3.280,00	<b>R\$ 2.100,00</b>	<b>R\$ 3.280,00</b>
Copa	43	Balcão com cuba 4 gavetas 5 portas ,2750 x 550 x 715	1	R\$ 9.537,82	R\$ 5.300,00	R\$ 6.100,00	<b>R\$ 5.300,00</b>	<b>R\$ 6.100,00</b>
ACS	44	Mesa em "L" Com 3 gavetas ,4500 x 1500 x 600 x 768	1	R\$ 3.584,94	R\$ 4.400,00	R\$ 3.620,00	<b>R\$ 3.584,94</b>	<b>R\$ 3.620,00</b>
Sala de coleta	45	Armário móvel 2 Portas ,800 x 550 x 820	1	R\$ 3.285,71	R\$ 2.900,00	R\$ 2.170,00	<b>R\$ 2.900,00</b>	<b>R\$ 2.900,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>26</b>					<b>R\$ 100.372,98</b>	

- 1.1. O objeto desta contratação caracteriza-se como bem comum, consistente na aquisição de material permanente, compreendendo móveis planejados, com montagem e instalação como obrigação acessória, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2. Os serviços desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme **Decreto Municipal 13/2023 de 09/03/2023**.
- 1.3. O prazo para **execução do objeto**, compreendendo a fabricação, fornecimento, entrega, montagem e instalação dos móveis planejados, será de até **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da **contratação será de 90 (noventa) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, período suficiente para a execução do objeto, realização do recebimento provisório e definitivo, bem como para eventuais ajustes e correções, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato disciplinará de forma detalhada as regras aplicáveis à vigência, à execução, ao recebimento do objeto e às responsabilidades das partes.
- 1.6. Devido ao fato de o município possuir empresa no ramo de atividade em questão, bem como à necessidade de fomentar a economia local, estimular o empreendedorismo e gerar empregos, será aplicado o benefício do Decreto Municipal nº 35/2022, que trata da compra prioritária de 10%



para ME e EPP local e regional. Essa medida visa fortalecer a competitividade desses negócios, ao mesmo tempo em que simplifica processos burocráticos, facilitando sua participação em licitações municipais. Além disso, a preferência por MEs e EPPs contribui para o cumprimento da legislação vigente, como a Lei Complementar nº 123/2006, e promove práticas sustentáveis, consolidando um ambiente de negócios mais inclusivo e dinâmico no âmbito local.

## 2. DESCRIÇÃO POR LOTE

### Lote 01(ESF CENTRO):

ESPECIFICAÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ( mm)
Recepção	1	Armário aéreo 4 portas	1700 x 400 x 350
	2	Gaveteiro inferior 8 Gavetas	1700 x 900 x 550
	3	Mesa de Atendimento 2 Gavetas	1600 x 600 x 768
Sala de enfermagem	4	Armário horizontal 4 portas	1500 x 550 x 2000
	5	Mesa de atendimento 4 gavetas	2100 x 600 x 768
Sala de coleta	6	Armário móvel 2 Portas	400 x 550 x 768
Consultório medico	7	Mesa atendimento em "L" de 4 gavetas	2050 x 1200 x 600 x 686
	8	Armário vertical 4 portas	1450 x 550 x 1700
	9	Balcão inferior com cuba 2 portas 4 gavetas	1200 x 550 x 850
Atendimento imunização	10	Armário inferior 4 portas 8 gavetas	2200 x 550 x 900
	11	Mesa de atendimento 2 gavetas	1400 x 600 x 768
Sala de imunização	12	Balcão inferior 6 portas 4 gavetas	2900 x 550 x 900
	13	Armário vertical 2 portas	800 x 550 x 2100



	14	Balcão inferior 2 portas	1000 x 650 x 1000
Sala de triagem	15	Balcão inferior 2 portas 4 gavetas	1200 550 x 800
	16	Armário inferior com tampo em MDF 2 portas	1000 x 650 x 1000
	11	Mesa de atendimento 2 gavetas	1400 x 600 x 768
Sala de curativo	17	Balcão 4 portas 12 gavetas	2780 x 550 x 800
Esterilização	18	Armário superior 2 portas	1200 x 350 x 600
	19	Balcão inferior 2 portas 4 gavetas	1200 x 550 x 1000
Expurgo	20	Balcão inferior com cuba 2 portas 4 gavetas	1200 X 550 X 800
Consultório odontológico	21	Balcão inferior 6 portas 12 gavetas	4090 x 550 x 800
	11	Mesa de atendimento 2 gavetas	1400 x 600 x 768
ACS	22	Mesa de trabalho ACS gavetas separadas 2	1800 x 500 768
	23	Mesa em de trabalho em "L" 5 gavetas	3000 x 2484 x 500 x 768
	24	Armário superior 7 portas	2800 x 350 x 600

**2.1.1. TAMPONAMENTO, LATERAIS, BASES, PORTAS E FRENTES**  
**MDF padrão amadeirado tipo Gianduia Trama, espessura 18 mm, dupla face.**

**2.1.2. CAIXARIA INTERNA**

**MDF branco texturizado (TX), espessura 15 mm, dupla face.**

**2.1.3. FUNDO DE CAIXARIA E GAVETAS**

**MDF branco TX 6 mm, dupla face.**

**2.1.4. CORREDIÇAS**

**Corrediças telescópicas metálicas reforçadas, abertura total, largura aproximada 40**



*mm, capacidade mínima de 30 kg ou superior, padrão de qualidade FGVTVN Brasil ou equivalente.*

**2.1.5. DOBRADIÇAS**

*Dobradiças metálicas com sistema de amortecimento (slow motion), abertura mínima 90°, padrão FGVTVN Brasil ou equivalente.*

**2.1.6. PUXADORES**

*Puxador metálico tipo alça, aproximadamente 160 mm, acabamento cromado ou equivalente.*

**Lote 02 (ESF RURAL):**

ESPECIFICAÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDAS ( mm)
Recepção	25	Armário 4 Portas 8 gavetas	2000 x 500 x 2000
	26	Mesa de atendimento 1 Gaveta	1500 x 550 x 768
	27	Mesa de atendimento 2 gavetas	2750 x 600 x 768
Sala de Triagem	28	Mesa de atendimento 2 Gavetas	1500 x 600 x 768
	29	Balcão com cuba 4 Portas 4 Gavetas	2000 x 700 x 770
	30	Balcão com cuba 4 Gavetas 2 Portas	1200 x 550 x 820
Enfermagem	30	Balcão com cuba 4 Gavetas 2 Portas	1200 x 550 x 820
	28	Mesa de atendimento 2 Gavetas	1500 x 600 x 768
	31	Armário 4 gavetas 2 portas grandes	800 x 550 x 2100 / 500 x 550 x 718
Consultório médico	32	Mesa em "L" 2 gavetas	1500 x 1200 x 500 x 768
	30	Balcão com cuba 4 Gavetas 2 Portas	1200 x 550 x 820



	33	Armário 2 portas 5 divisões internas Portas com parte em vidro	800 x 550 x 2100
Consultório Odontológico	34	Balcão com duas cubas 4 portas 8 gavetas	2400 x 550 x 850
	28	Mesa de atendimento 2 Gavetas	1500 x 600 x 768
Sala de Imunização	35	Balcão 4 Portas 4 Gavetas	2000 x 550 x 820
	36	Balcão 4 Portas 4 Gavetas	2000 x 700 x 820
Sala de curativo	28	Mesa de atendimento 2 Gavetas	1500 x 600 x 768
	37	Balcão com cuba e armário 5 portas 9 gavetas grandes	2150 x 550 x 720 / 900 x 550 x 1840
Expurgo	38	Balcão com cuba 4 Gavetas 2 portas	1850 x 550 x 820
Esterilização	39	Balcão 4 gavetas 2 portas	1850 x 550 x 820
	40	Armário aéreo 4 portas	1850 x 350 x 600
DML	41	Balcão 4 gavetas 3 portas	1900 x 550 x 820
	42	Armário aéreo 3 portas	1900 x 550 x 700
Copa	43	Balcão com cuba 4 gavetas 5 portas	2750 x 550 x 715
ACS	44	Mesa em "L" Com 3 gavetas	4500 x 1500 x 600 x 768
Sala de coleta	45	Armário móvel 2 Portas	800 x 550 x 820





2.1.7. **TAMPONAMENTO, LATERAIS, BASES, PORTAS E FRENTES**  
*MDF padrão amadeirado tipo Gianduia Trama, espessura 18 mm, dupla face.*

2.1.8. **CAIXARIA INTERNA**

*MDF branco texturizado (TX), espessura 15 mm, dupla face.*

2.1.9. **FUNDO DE CAIXARIA E GAVETAS**

*MDF branco TX 6 mm, dupla face.*

2.1.10. **CORREDIÇAS**

*Corrediças telescópicas metálicas reforçadas, abertura total, largura aproximada 40 mm, capacidade mínima de 30 kg ou superior, padrão de qualidade FGVTVN Brasil ou equivalente.*

2.1.11. **DOBRADIÇAS**

*Dobradiças metálicas com sistema de amortecimento (slow motion), abertura mínima 90°, padrão FGVTVN Brasil ou equivalente.*

2.1.12. **PUXADORES**

*Puxador metálico tipo alça, aproximadamente 160 mm, acabamento cromado ou equivalente.*

*Observa-se que os projetos se encontram anexos ao processo, nos quais estão descritos e detalhados todos os itens que compõem o objeto da contratação.*

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

3.1.2. *O objeto da contratação está previsto na elaboração e cumprimento da LOA. Com isso, há previsão orçamentária na LOA 2025 para execução do objeto conforme consta das informações básicas.*

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

5.1.1. **Uso racional de materiais e redução de desperdícios**

**A empresa contratada deverá adotar práticas que promovam o uso racional de matérias-primas na fabricação e instalação dos móveis planejados, de modo a reduzir desperdícios, reaproveitar materiais sempre que possível e minimizar impactos ambientais, em consonância com os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.**



#### 5.1.2. Gestão de resíduos sólidos na construção:

Será exigida a implementação de um plano de gerenciamento de resíduos que contemple a separação, reaproveitamento e descarte adequado dos resíduos gerados durante a obra, minimizando impactos ambientais e otimizando o uso de materiais recicláveis.

#### 5.1.3. Utilização de materiais sustentáveis e de origem legal

Os móveis deverão ser confeccionados, preferencialmente, com painéis de MDF ou MDP provenientes de madeira de reflorestamento, com certificação ambiental ou comprovação de origem legal, sempre que disponível, incentivando práticas sustentáveis na cadeia produtiva.

#### 5.1.4. Acabamentos e insumos de baixo impacto ambiental

Deverão ser priorizados acabamentos, colas, vernizes e tintas com baixo teor de compostos orgânicos voláteis (VOC), visando à preservação da saúde dos usuários, servidores e profissionais das Unidades de Saúde da Família.

#### 5.1.5. Acessibilidade, ergonomia e segurança de uso

Os móveis planejados deverão atender aos princípios de acessibilidade, ergonomia e segurança, observando, no que couber, a ABNT NBR 9050, de forma a garantir o uso adequado por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como conforto e segurança aos usuários em geral.

#### • Subcontratação

5.1.6. Na execução do contrato, e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes acessórias do objeto, desde que previamente autorizadas pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.1.7. O contratado deverá apresentar à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, a qual será analisada e juntada aos autos do processo administrativo correspondente.

5.1.8. É vedada a subcontratação integral do objeto ou da parcela principal da contratação, bem como a subcontratação que configure conflito de interesses, especialmente nos casos em que haja vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil entre o subcontratado e agentes públicos envolvidos na licitação ou na gestão do contrato, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

#### Vistoria

5.1.9. *A vistoria prévia aos locais onde serão instalados os móveis planejados é facultativa, porém recomendável, a fim de permitir o pleno conhecimento das condições físicas, dimensionais e operacionais das Unidades de Saúde da Família.*

5.1.10. *A vistoria poderá ser realizada mediante agendamento prévio, em data e horário disponibilizados pela Administração, sendo acompanhada por servidor designado para esse fim.*

5.1.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico, atestando que possui pleno conhecimento das condições locais e das peculiaridades da contratação.



- 5.1.12. *A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para alegações posteriores de desconhecimento das condições dos locais, nem para pleitos de acréscimos contratuais ou descumprimento das obrigações assumidas.*

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1.1. O objeto da presente contratação será executado sob o regime de fornecimento de bens, consistindo na aquisição de material permanente, compreendendo móveis planejados, incluindo, como obrigação acessória e indissociável, a fabricação, fornecimento, transporte, entrega, montagem e instalação dos móveis nas Unidades de Saúde da Família (ESF Centro e ESF Rural), conforme projetos, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo.
- 6.1.2. A execução do objeto deverá observar rigorosamente os projetos, layouts, memoriais descritivos, especificações técnicas, padrões de acabamento, materiais, dimensões e quantitativos definidos nos documentos técnicos, não sendo admitidas alterações sem prévia e expressa autorização da Administração.
- 6.1.3. Os móveis deverão ser fabricados sob medida, utilizando-se materiais novos, de primeira linha, compatíveis com ambientes de saúde, observando critérios de resistência, durabilidade, funcionalidade, ergonomia, segurança e facilidade de limpeza, conforme normas técnicas aplicáveis.
- 6.1.4. A contratada será integralmente responsável por todas as etapas da execução, incluindo:
- a) fabricação dos móveis planejados;
  - b) fornecimento de todos os materiais, componentes, ferragens e acessórios necessários;
  - c) transporte, carga e descarga dos móveis;
  - d) montagem, instalação, fixação e ajustes finais;
  - e) limpeza e retirada de resíduos gerados durante a execução.
- 6.1.5. A montagem e instalação dos móveis deverão ser realizadas de forma a não comprometer o funcionamento das unidades de saúde, observando-se os horários previamente definidos em conjunto com a fiscalização do contrato.
- 6.1.6. O prazo máximo para execução do objeto, compreendendo todas as etapas previstas, será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.1.7. Durante a execução, a Administração poderá realizar acompanhamento e fiscalização, inclusive durante a fase de fabricação, visando verificar a conformidade dos materiais, dimensões, acabamentos e padrões de qualidade com os projetos aprovados.
- 6.1.8. Concluída a instalação, os móveis deverão estar perfeitamente montados, nivelados, fixados quando necessário, em pleno funcionamento e em conformidade com as especificações técnicas, ficando a contratada obrigada a realizar eventuais correções ou ajustes apontados pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.
- 6.1.9. O recebimento do objeto dar-se-á em duas etapas:
- a) Recebimento provisório, após a conclusão da entrega e instalação, para verificação da conformidade com o objeto contratado;



b) Recebimento definitivo, após sanadas eventuais pendências, vícios ou inconformidades, mediante termo circunstanciado emitido pela fiscalização, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 6.1.10. A execução do objeto não se caracteriza como obra ou serviço de engenharia, permanecendo a montagem e instalação como atividades acessórias ao fornecimento do bem, não havendo intervenções estruturais ou modificações permanentes nas edificações.
- 6.1.11. Todos os móveis fornecidos deverão possuir garantia mínima, conforme condições a serem estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, abrangendo defeitos de fabricação, montagem, materiais e ferragens.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*
- 7.1.2. *Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por fato imputável à Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser formalmente registradas mediante simples apostilamento.*
- 7.1.3. *As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos para esse fim.*
- 7.1.4. *O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa contratada para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, relacionadas à execução do objeto.*
- 7.1.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de alinhamento, destinada à apresentação do plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros aspectos relevantes.*

### **Preposto**

- 7.1.6. *A contratada deverá designar formalmente preposto ou representante responsável pela execução do contrato, antes do início da execução do objeto, indicando no instrumento os respectivos poderes e deveres perante a Administração.*
- 7.1.7. *A contratada deverá manter preposto ou responsável técnico acessível durante o período de execução do objeto, para atendimento às demandas da fiscalização, acompanhamento das etapas de fornecimento, entrega, montagem e instalação dos móveis planejados, não sendo exigida a presença permanente no local.*
- 7.1.8. *A contratante poderá recusar, de forma motivada, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada deverá designar outro representante para o exercício da atividade.*



## Fiscalização

- 7.1.9. *A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.*

## Fiscalização Técnica

- 7.1.10. *O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, a fim de verificar o cumprimento de todas as condições estabelecidas, assegurando que o fornecimento, a montagem e a instalação dos móveis planejados ocorram em conformidade com as especificações técnicas, projetos e prazos contratados, visando aos melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).*
- 7.1.11. *O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, descrevendo as medidas necessárias à regularização de eventuais falhas, vícios ou defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).*
- 7.1.12. *Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade na execução do objeto, o fiscal técnico do contrato emitirá notificação à contratada para correção, fixando prazo para saneamento (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).*
- 7.1.13. *O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou adoção de providências que extrapolem sua competência, para que sejam adotadas as medidas cabíveis (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).*
- 7.1.14. *No caso de ocorrências que possam inviabilizar o cumprimento dos prazos contratuais, o fiscal técnico do contrato comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).*
- 7.1.15. *O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à adoção das providências necessárias quanto ao encerramento contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).*

## Fiscalização Administrativa

- 7.1.16. *O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará os procedimentos de empenho, liquidação e pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando, quando necessário, os documentos comprobatórios pertinentes (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, I e II).*
- 7.1.17. *Ocorrendo descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato quando a situação ultrapassar sua competência, para adoção das providências cabíveis (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).*

## Gestor do Contrato

- 7.1.18. *O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo registros formais da execução contratual no histórico de gerenciamento do contrato, tais como ordens de fornecimento, registros de ocorrências, alterações e eventuais prorrogações, elaborando relatório com vistas à*





*verificação da necessidade de adequações contratuais para atendimento da finalidade da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).*

- 7.1.19. *O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato acerca das ocorrências relacionadas à execução e das medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).*
- 7.1.20. *O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando no relatório de riscos eventuais os problemas que possam obstar o fluxo normal da liquidação da despesa (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).*
- 7.1.21. *O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao desempenho na execução contratual e às eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).*
- 7.1.22. *O gestor do contrato adotará as providências necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, quando constatadas irregularidades na execução contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).*
- 7.1.23. *O gestor do contrato elaborará relatório final contendo informações sobre a consecução dos objetivos que motivaram a contratação e eventuais recomendações para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).*
- 7.1.24. *O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor apurado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.*

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 8.1. A medição do objeto contratado será realizada por item/lote, considerando-se o fornecimento integral dos móveis planejados, devidamente fabricados, entregues, montados e instalados, em conformidade com os projetos, especificações técnicas e demais documentos que integram a contratação.
- 8.2. A medição somente será considerada válida após a conclusão de todas as etapas do objeto, incluindo:
- 8.2.1. **a) fabricação dos móveis planejados;**
  - 8.2.2. **b) fornecimento de todos os materiais, componentes, ferragens e acessórios;**
  - 8.2.3. **c) transporte, entrega, montagem e instalação nos locais indicados;**
  - 8.2.4. **d) realização dos ajustes finais e correção de eventuais inconformidades apontadas pela fiscalização.**
- 8.3. Não será admitida medição ou pagamento parcial por etapas intermediárias, salvo se expressamente autorizado pela Administração, mediante justificativa técnica e formalização específica, sem descaracterizar a natureza do fornecimento.



- 8.4. pagamento será efetuado **em parcela única**, após o **recebimento definitivo do objeto**, atestado pela fiscalização competente, mediante a comprovação da execução integral e satisfatória do contrato.
- 8.5. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar:
- a) nota fiscal/fatura correspondente ao objeto contratado;
  - b) comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigíveis;
  - c) demais documentos previstos no contrato ou solicitados pela fiscalização.
- 8.6. O pagamento será realizado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto e do atesto da nota fiscal pela fiscalização, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as normas administrativas aplicáveis.
- 8.7. Em caso de identificação de falhas, vícios, defeitos ou desconformidades no objeto fornecido, o pagamento ficará **suspenso** até que a contratada promova as devidas correções, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, se for o caso.
- 8.8. Não será efetuado pagamento:
- a) por fornecimento executado em desacordo com as especificações técnicas, projetos ou condições contratuais;
  - b) enquanto pendentes correções, ajustes ou substituições determinadas pela fiscalização;
  - c) sem a comprovação do cumprimento das obrigações contratuais e legais pela contratada.
- 8.9. Os valores contratados são **fixos e irrevogáveis** durante a vigência contratual, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos dos arts. 124 e 135 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.10. O pagamento será realizado por meio de **ordem bancária**, em conta indicada pela contratada, após a regular liquidação da despesa, observadas as dotações orçamentárias próprias.

#### Do recebimento

- 8.11. O recebimento do objeto será realizado nos termos dos arts. 140, inciso I, e 141 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as especificações técnicas, projetos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- 8.12. O objeto será recebido em **duas etapas**, a saber:
- 8.12.1. **a) Recebimento Provisório**
- 8.12.1.1. O recebimento provisório será realizado pela fiscalização do contrato, após a conclusão da entrega, montagem e instalação de todos os móveis planejados, para verificação preliminar da conformidade do objeto com as especificações técnicas, quantitativos, materiais, acabamentos e condições contratuais.**
- 8.12.1.2. O recebimento provisório será formalizado por meio de termo circunstanciado, emitido pelo fiscal técnico e pelo fiscal administrativo, quando verificado o atendimento das exigências de caráter técnico e administrativo.**
- 8.12.1.3. Constatadas falhas, vícios, defeitos ou desconformidades, estas serão registradas e comunicadas formalmente à contratada, que deverá saná-las no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.**



**8.12.1.4. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, nem exonera a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.**

**8.12.2. b) Recebimento Definitivo**

**8.12.2.1. O recebimento definitivo será realizado após a comprovação de que todas as pendências eventualmente apontadas no recebimento provisório foram devidamente sanadas.**

**8.12.2.2. O recebimento definitivo será formalizado por meio de termo circunstanciado, emitido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, atestando que o objeto encontra-se em conformidade com o contrato.**

**8.12.2.3. Somente após o recebimento definitivo será considerada concluída a execução do objeto, ficando autorizada a liquidação da despesa e o pagamento à contratada.**

**8.12.2.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos de fabricação, montagem ou materiais, os quais deverão ser sanados durante o prazo de garantia, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

• **Da Medição**

8.13. A medição do objeto será realizada **por item/lote**, considerando-se a **execução integral do fornecimento**, compreendendo fabricação, entrega, montagem e instalação dos móveis planejados.

8.14. Não será admitida medição parcial por etapas intermediárias, salvo autorização expressa e formal da Administração, sem descaracterizar a natureza do fornecimento.

• **Do pagamento**

8.15. O pagamento será efetuado **em parcela única**, após o recebimento definitivo do objeto e a regular liquidação da despesa.

8.16. O pagamento será realizado no prazo máximo de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados da conclusão da liquidação, mediante ordem bancária em conta indicada pela contratada.

8.17. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

8.18. O contratado optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que apresente a comprovação formal de enquadramento, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.19. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente, nos termos da legislação aplicável.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, nos termos do art. 28, inciso I, e art. 17, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.



9.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, considerando que o objeto consiste na aquisição de bem comum, cujas especificações técnicas e padrões de qualidade encontram-se objetivamente definidos nos documentos que integram o processo.

9.2.1. ***A adoção do critério de julgamento por lote justifica-se pela necessidade de padronização dos móveis planejados a serem instalados nas unidades de saúde, garantindo uniformidade estética, funcional e técnica entre os itens que compõem cada ambiente. Além disso, os móveis são projetados de forma integrada, com dimensões, acabamentos e componentes compatíveis entre si, de modo que a contratação por lote assegura maior eficiência na fabricação, transporte, montagem e instalação, evitando incompatibilidades técnicas decorrentes da atuação de múltiplos fornecedores. O agrupamento também contribui para a otimização logística da execução contratual, reduzindo riscos de atraso, dificuldades de montagem e divergências de responsabilidade entre fornecedores, garantindo maior economicidade e melhor atendimento às necessidades da Administração.***

#### Regime de Execução

9.3. O regime de execução do contrato será o de **FORNECIMENTO DE BENS**, compreendendo a fabricação, fornecimento, entrega, montagem e instalação dos móveis planejados, sendo a montagem atividade acessória e indispensável à plena utilização do objeto.

9.4. Valor global: conforme valor estimado da licitação será de **R\$ 200.177,36 (Duzentos mil, cento e setenta e sete reais e trinta e seis centavos)**.

- ***Critérios de Aceitabilidade de Preços***

9.5. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global por lote, observado o valor estimado da contratação, conforme apurado na fase de planejamento e registrado no Estudo Técnico Preliminar.

9.6. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores ao valor estimado, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar, por meio eletrônico, **planilha de composição de preços**, contendo o valor global do lote e a discriminação dos principais componentes, exclusivamente para fins de **análise de exequibilidade**, vedada a exigência de planilha típica de obras ou serviços de engenharia.

- ***Regime de Execução***

9.8. As exigências de habilitação observarão os princípios da **proporcionalidade, razoabilidade e competitividade**, sendo restritas ao necessário para assegurar a adequada execução do objeto.

- ***Habilitação Jurídica***

9.9. Registro comercial, no caso de empresário individual;

9.10. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, quando aplicável;

9.11. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedade simples;

9.12. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



- **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- 9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, quando exigível;
- 9.18. O microempreendedor individual e as microempresas optantes pelo Simples Nacional poderão usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

- **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.19. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.20. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando boa situação financeira;
- 9.21. As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir o balanço patrimonial pelas demonstrações contábeis de abertura, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 10.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 200.177,36 (Duzentos mil, cento e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), conforme orçamento estimativo elaborado com base em pesquisa de preços junto ao mercado e devidamente registrado no Estudo Técnico Preliminar e nos documentos que integram o processo.
- 10.2. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o primeiro período de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento estimado, conforme previsto no edital e no contrato, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.3. Decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da contratada, observada a anualidade, com base em índice oficial previamente definido no edital e no contrato, aplicável a contratos de fornecimento de bens, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.4. Independentemente do reajuste, os preços poderão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, a qualquer tempo, desde que comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, que alterem substancialmente a equação econômico-financeira inicial do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.5. Também poderá ser reconhecido o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em decorrência de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como de superveniência de disposições legais ou normativas, desde que devidamente comprovada a repercussão direta e efetiva sobre os preços contratados





- 10.6. Não será admitida repactuação de preços, por não se tratar de contrato de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, permanecendo a revisão contratual restrita às hipóteses legais de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1.1. ***As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.***

- 11.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

***Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE***

***Unidade: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE***

***Proj./Ativ. 1063 AQUISIÇÃO DE EQUIAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE***

***(703) 4.4.90.52.00.000.000 1.500 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE***

***Comodoro, 10 de Março de 2026.***

**Diego Garcia Galvão Costa**

Secretário de Planejamento e orçamento

**Eduardo Ferreira da Silva**

Coordenador de Departamento

Secretaria de planejamento e orçamento

**Fabio Henrique Carraro**

Secretário Municipal de Saúde





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**COMODORO**  
ESTADO DE MATO GROSSO

DEPARTAMENTO DE  
**LICITAÇÕES**  
e **CONTRATOS**  
COMODORO - MT

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

Processo nº: 042/2026  
Modalidade: Pregão Eletrônico  
Forma: Eletrônica  
Tipo: Menor Preço por LOTE.

**Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, COMPREENDENDO MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) CENTRO E RURAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES, OBRIGAÇÕES E REQUISITOS ESTABELECIDOS NOS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE INTEGRAM O PROCESSO**

<b>RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>
<b>CIDADE:</b>
<b>ESTADO:</b>
<b>TELEFONE:</b>
<b>E-MAIL:</b>

<b>INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTOS:</b>
Banco:
Agência:
Conta:

<b>REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:</b>
Nome/ Nacionalidade/ Estado Civil/ RG/ CPF/.
E-mail
Endereço:

**Planilha da Proposta:**

**LOTE 01(ESF CENTRO):**

Assinado por 1 pessoa: FABIO HENRIQUE CARRARO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/8F94-9CC2-2414-18A1> e informe o código 8F94-9CC2-2414-18A1



ESPECIFICAÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UM.	VALOR TOTAL
Recepção	1	Armário aéreo 4 portas ,1700 x 400 x 350	1		
	2	Gaveteiro inferior 8 Gavetas ,1700 x 900 x 550	1		
	3	Mesa de Atendimento 2 Gavetas ,1600 x 600 x 768	1		
Sala de enfermagem	4	Armário horizontal 4 portas ,1500 x 550 x 2000	1		
	5	Mesa de atendimento 4 gavetas ,2100 x 600 x 768	1		
Sala de coleta	6	Armário móvel 2 Portas ,400 x 550 x 768	1		
Consultório medico	7	Mesa atendimento em "L" de 4 gavetas ,2050 x 1200 x 600 x 686	1		
	8	Armário vertical 4 portas ,1450 x 550 x 1700	1		
	9	Balcão inferior com cuba 2 portas 4 gavetas ,1200 x 550 x 850	1		
Atendimento imunização	10	Armário inferior 4 portas 8 gavetas ,2200 x 550 x 900	1		
	11	Mesa de atendimento 2 gavetas ,1400 x 600 x 768	3		
Sala de imunização	12	Balcão inferior 6 portas 4 gavetas ,2900 x 550 x 900	1		
	13	Armário vertical 2 portas ,800 x 550 x 2100	1		



	14	Balcão inferior 2 portas ,1000 x 650 x 1000	1		
Sala de triagem	15	Balcão inferior 2 portas 4 gavetas ,1200 550 x 800	1		
	16	Armário inferior com tampo em MDF 2 portas ,1000 x 650 x 1000	1		
Sala de curativo	17	Balcão 4 portas 12 gavetas ,2780 x 550 x 800	1		
Esterilização	18	Armário superior 2 portas ,1200 x 350 x 600	1		
	19	Balcão inferior 2 portas 4 gavetas ,1200 x 550 x 1000	1		
Expurgo	20	Balcão inferior com cuba 2 portas 4 gavetas ,1200 X 550 X 800	1		
Consultório odontológico	21	Balcão inferior 6 portas 12 gavetas ,4090 x 550 x 800	1		
ACS	22	Mesa de trabalho ACS 2 gavetas separadas ,1800 x 500 768	1		
	23	Mesa em de trabalho em "L" 5 gavetas ,3000 x 2484 x 500 x 768	1		
	24	Armário superior 7 portas ,2800 x 350 x 600	1		

<b>TOTAL</b>	<b>26</b>		
--------------	-----------	--	--

<b>LOTE 02 (ESF RURAL):</b>					
ESPECIFICAÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UM.	VALOR TOTAL



Recepção	25	Armário 4 Portas 8 gavetas ,2000 x 500 x 2000	1		
	26	Mesa de atendimento 1 Gaveta ,1500 x 550 x 768	1		
	27	Mesa de atendimento 2 gavetas ,2750 x 600 x 768	1		
Sala de Triagem	28	Mesa de atendimento 2 Gavetas ,1500 x 600 x 768	4		
	29	Balcão com cuba 4 Portas 4 Gavetas ,2000 x 700 x 770	1		
	30	Balcão com cuba 4 Gavetas 2 Portas ,1200 x 550 x 820	3		
	31	Armário 4 gavetas 2 portas grandes ,800 x 550 x 2100 / 500 x 550 x 718	1		
Consultório médico	32	Mesa em "L" 2 gavetas ,1500 x 1200 x 500 x 768	1		
	33	Armário 2 portas 5 divisões internas Portas com parte em vidro ,800 x 550 x 2100	1		
Consultório Odontológico	34	Balcão com duas cubas 4 portas 8 gavetas ,2400 x 550 x 850	1		
Sala de Imunização	35	Balcão 4 Portas 4 Gavetas ,2000 x 550 x 820	1		
	36	Balcão 4 Portas 4 Gavetas ,2000 x 700 x 820	1		



	37	Balcão com cuba e armário 5 portas 9 gavetas grandes ,2150 x 550 x 720 / 900 x 550 x 1840	1		
Expurgo	38	Balcão com cuba 4 Gavetas 2 portas ,1850 x 550 x 820	1		
Esterilização	39	Balcão 4 gavetas 2 portas ,1850 x 550 x 820	1		
	40	Armário aéreo 4 portas ,1850 x 350 x 600	1		
DML	41	Balcão 4 gavetas 3 portas ,1900 x 550 x 820	1		
	42	Armário aéreo 3 portas ,1900 x 550 x 700	1		
Copa	43	Balcão com cuba 4 gavetas 5 portas ,2750 x 550 x 715	1		
ACS	44	Mesa em "L" Com 3 gavetas ,4500 x 1500 x 600 x 768	1		
Sala de coleta	45	Armário móvel 2 Portas ,800 x 550 x 820	1		

<b>TOTAL</b>	<b>26</b>		<b>R\$</b>
--------------	-----------	--	------------

- 1. Validade da Proposta 60 dias);**
- A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final;
- Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no Anexo I - termo de referência;
- O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento do (s) material (is), bem como Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, que deverão correr totalmente por conta da Empresa vencedora;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**COMODORO**  
ESTADO DE MATO GROSSO

DEPARTAMENTO DE  
**LICITAÇÕES**  
e **CONTRATOS**  
COMODORO - MT

5. Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;
6. Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
7. Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme lei 14.133/21, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
8. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme Lei 14.133/2021.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa

Nº CNPJ

Representante Legal





### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

**[Nome da Empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ da Empresa]**, estabelecida à **[Endereço Completo]**, por meio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- I - **Inexiste fato impeditivo** para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II - **A empresa se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- III - **Tem pleno conhecimento e aceita as regras** e as condições gerais da contratação;
- IV - **Cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando aplicável;
- V - **Cumpre o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021**;
- VI - **A empresa assume total responsabilidade** pelas transações que forem efetuadas no sistema de licitação;
- VII - **A proposta econômica apresentada abrange integralmente os custos** necessários para atender aos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, pelas leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- VIII - **Cumpre os requisitos de habilitação** e declara que as informações prestadas são verídicas, conforme o art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;
- IX - **Não existem fatos impeditivos à habilitação da empresa no certame**, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, caso venham a surgir;
- X - **Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- XI - **Em sua cadeia produtiva**, não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, conforme os incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- XII - **Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, conforme previsto no art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**COMODORO**  
ESTADO DE MATO GROSSO

DEPARTAMENTO DE  
**LICITAÇÕES**  
e CONTRATOS  
COMODORO - MT

XIII - **Observa a proibição de trabalho noturno**, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

XIV - **Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador**, ou com cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de qualquer membro desse órgão, conforme o art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

XV - **A proposta apresentada para participação no processo licitatório foi elaborada de maneira independente**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

XVI - **A empresa não foi declarada inidônea** ou suspensa por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

[Local], [Data]

[Nome do Representante Legal]  
[Cargo do Representante Legal]  
[Nome da Empresa]  
CNPJ: [CNPJ da Empresa]



## ANEXO V

### MINUTA DO CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE COMODORO**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua das Acácias nº 1337 N, Bairro Jardim Mato Grosso, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, neste ato representado na forma de sua Lei Orgânica pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** o Sr. **FABIO HENRIQUE CARRARO**, brasileiro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 15\*\*\*\*85 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 006.\*\*\*.\*\*\*-57 residente e domiciliada nesta cidade de Comodoro/MT, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e outro lado a empresa **XXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos do processo licitatório na modalidade Adesão nº 027/2025, Processo Administrativo nº 112/2025 da Prefeitura Municipal de Comodoro/MT a Ata de Registro de Preços nº 056/2025 do Pregão Eletrônico nº 004/2025 da Prefeitura Municipal de Branquinha/AL e da Lei 14.133/21 e as modificações posteriores, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições que passam a ser lei entre as partes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** – Este Contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, COMPREENDENDO MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) CENTRO E RURAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES, OBRIGAÇÕES E REQUISITOS ESTABELECIDOS NOS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE INTEGRAM O PROCESSO.**”, conforme segue abaixo:

LOTE 01(ESF CENTRO):					
ESPECIFICAÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UM.	VALOR TOTAL
Recepção	1	Armário aéreo 4 portas ,1700 x 400 x 350	1		
	2	Gaveteiro inferior 8 Gavetas ,1700 x 900 x 550	1		
	3	Mesa de Atendimento 2 Gavetas ,1600 x 600 x 768	1		
Sala de enfermagem	4	Armário horizontal 4 portas ,1500 x 550 x 2000	1		



	5	Mesa de atendimento 4 gavetas ,2100 x 600 x 768	1		
Sala de coleta	6	Armário móvel 2 Portas ,400 x 550 x 768	1		
Consultório medico	7	Mesa atendimento em "L" de 4 gavetas ,2050 x 1200 x 600 x 686	1		
	8	Armário vertical 4 portas ,1450 x 550 x 1700	1		
	9	Balcão inferior com cuba 2 portas 4 gavetas ,1200 x 550 x 850	1		
Atendimento imunização	10	Armário inferior 4 portas 8 gavetas ,2200 x 550 x 900	1		
	11	Mesa de atendimento 2 gavetas ,1400 x 600 x 768	3		
Sala de imunização	12	Balcão inferior 6 portas 4 gavetas ,2900 x 550 x 900	1		
	13	Armário vertical 2 portas ,800 x 550 x 2100	1		
	14	Balcão inferior 2 portas ,1000 x 650 x 1000	1		
Sala de triagem	15	Balcão inferior 2 portas 4 gavetas ,1200 550 x 800	1		
	16	Armário inferior com tampo em MDF 2 portas ,1000 x 650 x 1000	1		
Sala de curativo	17	Balcão 4 portas 12 gavetas ,2780 x 550 x 800	1		
Esterilização	18	Armário superior 2 portas ,1200 x 350 x 600	1		



	19	Balcão inferior 2 portas 4 gavetas ,1200 x 550 x 1000	1		
Expurgo	20	Balcão inferior com cuba 2 portas 4 gavetas ,1200 X 550 X 800	1		
Consultório odontológico	21	Balcão inferior 6 portas 12 gavetas ,4090 x 550 x 800	1		
ACS	22	Mesa de trabalho ACS 2 gavetas separadas ,1800 x 500 768	1		
	23	Mesa em de trabalho em "L" 5 gavetas ,3000 x 2484 x 500 x 768	1		
	24	Armário superior 7 portas ,2800 x 350 x 600	1		

<b>TOTAL</b>	<b>26</b>		
--------------	-----------	--	--

LOTE 02 (ESF RURAL):					
ESPECIFICAÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UM.	VALOR TOTAL
Recepção	25	Armário 4 Portas 8 gavetas ,2000 x 500 x 2000	1		
	26	Mesa de atendimento 1 Gaveta ,1500 x 550 x 768	1		
	27	Mesa de atendimento 2 gavetas ,2750 x 600 x 768	1		
Sala de Triagem	28	Mesa de atendimento 2 Gavetas ,1500 x 600 x 768	4		
	29	Balcão com cuba 4 Portas 4 Gavetas ,2000 x 700 x 770	1		



	30	Balcão com cuba 4 Gavetas 2 Portas ,1200 x 550 x 820	3		
	31	Armário 4 gavetas 2 portas grandes ,800 x 550 x 2100 / 500 x 550 x 718	1		
Consultório médico	32	Mesa em "L" 2 gavetas ,1500 x 1200 x 500 x 768	1		
	33	Armário 2 portas 5 divisões internas Portas com parte em vidro ,800 x 550 x 2100	1		
Consultório Odontológico	34	Balcão com duas cubas 4 portas 8 gavetas ,2400 x 550 x 850	1		
Sala de Imunização	35	Balcão 4 Portas 4 Gavetas ,2000 x 550 x 820	1		
	36	Balcão 4 Portas 4 Gavetas ,2000 x 700 x 820	1		
	37	Balcão com cuba e armário 5 portas 9 gavetas grandes ,2150 x 550 x 720 / 900 x 550 x 1840	1		
Expurgo	38	Balcão com cuba 4 Gavetas 2 portas ,1850 x 550 x 820	1		
Esterilização	39	Balcão 4 gavetas 2 portas ,1850 x 550 x 820	1		
	40	Armário aéreo 4 portas ,1850 x 350 x 600	1		
DML	41	Balcão 4 gavetas 3 portas ,1900 x 550 x 820	1		





	42	Armário aéreo 3 portas ,1900 x 550 x 700	1		
Copa	43	Balcão com cuba 4 gavetas 5 portas ,2750 x 550 x 715	1		
ACS	44	Mesa em "L" Com 3 gavetas ,4500 x 1500 x 600 x 768	1		
Sala de coleta	45	Armário móvel 2 Portas ,800 x 550 x 820	1		

<b>TOTAL</b>	<b>26</b>		<b>R\$</b>
--------------	-----------	--	------------

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de entrega dos bens é de no máximo **60 (SESSENTA) dias**, contados a partir do recebimento da **autorização de fornecimento**.

2.2 - O prazo de execução das relações contratuais do presente Contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - O prazo de conclusão das relações contratuais do presente contrato se dará no dia **xx/xx/xx**.

2.4 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.5 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

### 3.1 – Condições de entrega:

3.1.1 - O prazo de entrega do objeto deste contrato é de **60 (sessenta) dias**, contados da solicitação da secretaria demandante, mediante **ordem de fornecimento**.

**3.1.2. Os bens deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Comodoro-MT, situada na Avenida Prefeito Valdir Masutti, no 671-N, Centro.** A entrega deverá ocorrer em horário comercial, entre 07h e 11h ou entre 13h e 17h, de segunda a sexta-feira.

3.1.4 – Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar às razões respectivas com pelo menos 72h (setenta e duas horas) de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.1.5 – Os bens devem ser entregues em conformidade ao projeto disponibilizado para o fornecedor, nos materiais e medidas indicados.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 – Na execução do contrato, e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes acessórias do objeto, desde que previamente autorizadas pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 - O valor total da contratação do presente Contrato é de **R\$ xxx (xxx)**.

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2 – O valor incluir o encargo de transporte e montagem dos equipamento nos locais indicados por esse município.

## CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6.4 - Valor este que será pago e empenhado conforme **autorização de fornecimento**, mediante a entrega/fornecimento dos itens e a apresentação da correspondente Nota Fiscal.

6.5 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante o fornecimento e apresentação da correspondente Nota Fiscal;

6.6 - Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento do fornecimento não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,10%, a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 20%.

6.7 - Será considerado como inadimplemento o atraso superior a 30 (trinta) dias.

6.8 - Só haverá compensações financeiras e finalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes.

## CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 - Durante a vigência do contrato poderá haver reajuste anual, tendo como índice o (IPCA) ou outro que o substitua desde que de igual ou inferior ao índice indicado.



7.2 - O reajuste será realizado por termo aditivo.

7.3 - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 30 dias.

## **CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1 – São direitos e responsabilidades do CONTRATADO os seguintes:**

8.2. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.3. Manter preposto aceito pela Administração no local do entrega/serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de fornecimento no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

8.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei no 14.133, de 2021;

8.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral do Município, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



- 8.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega/serviços.
- 8.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução.
- 8.14. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 8.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 8.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021;
- 8.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 8.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 8.27. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a entrega.
- 8.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 8.29. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do fornecimento, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 8.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 8.34 **Uso racional de materiais e redução de desperdícios**, devendo a empresa contratada adotar práticas que promovam o uso racional de matérias-primas na fabricação e instalação dos móveis planejados, de modo a reduzir desperdícios, reaproveitar materiais sempre que possível e minimizar impactos ambientais, em consonância com os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 8.35. A empresa deve ainda possuir **gestão de resíduos sólidos na construção**, visto que será exigida a implementação de um plano de gerenciamento de resíduos que contemple a separação, reaproveitamento e descarte adequado dos resíduos gerados durante a obra, minimizando impactos ambientais e otimizando o uso de materiais recicláveis.



8.35. Deve **utilizar materiais sustentáveis e de origem legal**, sendo que os móveis deverão ser confeccionados, preferencialmente, com painéis de MDF ou MDP provenientes de madeira de reflorestamento, com certificação ambiental ou comprovação de origem legal, sempre que disponível, incentivando práticas sustentáveis na cadeia produtiva.

8.36. o **acabamentos e insumos devem possuir baixo impacto ambiental**, sendo priorizados acabamentos, colas, vernizes e tintas com baixo teor de compostos orgânicos voláteis (VOC), visando à preservação da saúde dos usuários, servidores e profissionais das Unidades de Saúde da Família.

8.37. A empresa deve possuir acessibilidade, ergonomia e segurança de uso, sendo que os móveis planejados deverão atender aos princípios de acessibilidade, ergonomia e segurança, observando, no que couber, a ABNT NBR 9050, de forma a garantir o uso adequado por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como conforto e segurança aos usuários em geral.

**8.38 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:**

- a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA;
- b) intervir na entrega/prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato;
- d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;
- e) fiscalizar a forma de fornecimento dos produtos/prestação dos serviços por intermédio do servidor responsável;
- f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 14.133/2021 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato;
- g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas requisições de cada período, já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização;
- h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato;
- k) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- l) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso referido na Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA NONA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do exercício deste ano, na dotação abaixo discriminada: Gestão/Unidade:

Órgão – 07 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade – 06 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade – 1.277 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

Elemento da Despesa – 4.4.90.52.00.00.00.00 (2621) – Equipamentos e Material Permanente **(684)**

Centro de Custo (134)

**R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais)**





## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS**

10.1 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pelo CONTRATADO caracterizará a inadimplência, sujeitando-o às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e, especificamente, no Decreto Municipal nº 32/2025.

10.2 – Advertência: Será aplicada por escrito quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato e essa falha não causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. A advertência poderá ser aplicada cumulativamente com a penalidade de multa, conforme Art. 7º do Decreto Municipal nº 32/2025.

10.3 - Multas: Serão aplicadas de acordo com as disposições do Art. 8º do Decreto Municipal nº 32/2025, classificadas em moratórias e compensatórias.

10.3.1. Multa Moratória: Será aplicada em caso de atraso injustificado na execução do contrato ou na entrega dos bilhetes de passagem solicitados, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente:

a) Atraso de até 30 (trinta) dias: 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento).

b) Atraso que exceder 30 (trinta) dias: 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, calculados a partir do trigésimo primeiro dia, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

10.3.2. Multa Compensatória: Será aplicada quando configuradas infrações administrativas que configurem inexecução total ou parcial do contrato, irregularidades em licitações ou qualquer das situações descritas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Os percentuais da multa compensatória, aplicados sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, variarão conforme a gravidade da infração, nos termos do Art. 8º, inciso II, do Decreto nº 32/2025:

a) De 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento).

b) De 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento).

c) De 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento).

10.3.2.1 A aplicação da multa compensatória, especialmente para infrações graves, poderá levar à rescisão contratual, caso a infração também se enquadre nas situações que justificam Impedimento de Licitar ou Declaração de Inidoneidade.

10.4 - Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Municipal. Sanção aplicada pela Autoridade Competente que impede temporariamente o CONTRATADO de participar de licitações e celebrar contratos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Comodoro/MT. O prazo máximo para esta sanção é de 03 (três) anos, conforme Art. 11 do Decreto nº 32/2025. Esta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual.

10.5 - Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública. Sanção que impede o CONTRATADO de licitar e contratar com qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos. O prazo para esta sanção será de, no mínimo, 03 (três) anos e, no máximo, 06 (seis) anos. A aplicação desta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual. A reabilitação do CONTRATADO só será possível mediante o cumprimento das condicionantes estabelecidas no Art. 21 do Decreto nº 32/2025.

10.6. Aplicação e Processo das Penalidades:

10.7 As penalidades de advertência e multas (moratórias e compensatórias) serão aplicadas de ofício pela Administração ou a partir de uma proposta fundamentada do responsável pelo acompanhamento do contrato ou do certame licitatório.

10.8 A aplicação das penalidades de Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade será de competência da Administração e exigirá a instauração de um Processo



Administrativo Sancionador. O CONTRATADO terá assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo apresentar sua manifestação escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da sua citação ou notificação, conforme Art. 53 do Decreto nº 32/2025.

10.9. Rescisão do Contrato pelo CONTRATANTE por Insuficiência Operacional: Além das hipóteses de rescisão que podem decorrer da aplicação das sanções administrativas, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato de credenciamento, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização. Isso ocorrerá se o CONTRATADO deixar de atender às condições mínimas necessárias para a prestação dos serviços, o que inclui a incapacidade operacional para o cumprimento das obrigações ou qualquer outra condição que comprometa de forma fundamental a aptidão para o fornecimento do objeto contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS DE RESCISÃO**

11.1 – A CONTRATANTE poderá considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

- a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte;
- b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE;
- c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos produtos, ou com respeito a quaisquer dos materiais fornecidos;
- d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;
- e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;
- f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo VIII, art. 137, 138 e 139 Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

11.2 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei nº 14.133/2021

11.3 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.
- c) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

11.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 137, 138 e 139 Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO**

12.1 – O presente Contrato está vinculado em todos os seus termos, a Adesão nº 027/2025, Processo Administrativo nº 112/2025 da Prefeitura Municipal de Comodoro/MT a Ata de Registro de Preços nº 056/2025 do Pregão Eletrônico nº 004/2025 da Prefeitura Municipal de Branquinha/AL e respectivos anexos, bem como à proposta de preços vencedora.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS**

13.1 – Aplica-se a Lei nº 14.133/2021 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO**

14.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

15.1 – A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo servidor o Sr. **DIVAN CARLOS DE SOUZA**, Portaria nº 559/2022, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

15.3 – Da(s) decisão (ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

16.1. As partes deverão cumprir a Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá- los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**COMODORO**  
ESTADO DE MATO GROSSO

DEPARTAMENTO DE  
**LICITAÇÕES**  
e **CONTRATOS**  
COMODORO - MT

16.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de quantidades ou especificações dos produtos/serviço se houve motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

17.2 – A CONTRATADA somente poderá subcontratar a execução do fornecimento dos produtos/serviço com a prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos produtos entregues pela subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

17.3 – As prorrogações de prazo de execução de etapas da prestação do serviço serão processadas nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

17.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 124 da Lei acima referida.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Comodoro - MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

18.2 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Comodoro - MT, XX de XX de 2025.

**FABIO HENRIQUE CARRARO**  
Secretaria Municipal de Saúde  
CONTRATANTE

XXXX  
Administrador  
PXXXXXXXXXX  
CONTRATADA



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8F94-9CC2-2414-18A1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABIO HENRIQUE CARRARO (CPF 006.XXX.XXX-57) em 15/06/2026 11:42:52 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/8F94-9CC2-2414-18A1>